

O cuidado de enfermagem às mulheres em situação de violência: a importância da escuta e do acolhimento

Nursing care for women experiencing violence: the importance of listening and providing support

Iago Luís da Silva Lima¹

Lara Silva Dos Santos²

Nayara De Medeiros Lisboa³

Silmara Valente Chumber⁴

Wyllame Brito Ferreira⁵

Jamilly Karoliny da Silva Miranda⁶

Resumo

A violência contra a mulher constitui uma violação de direitos humanos e representa um desafio significativo para os sistemas de saúde. Esse fenômeno atinge mulheres de diferentes idades, origens e condições sociais, manifestando-se por meio de agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais, que impactam diretamente a saúde, o bem-estar e a vida familiar. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da escuta e do cuidado de enfermagem no atendimento às mulheres em situação de violência, visando identificar estratégias de acolhimento e humanização. Considerando que a enfermagem desempenha papel fundamental na identificação desse cenário, por constituir, frequentemente, a porta de entrada para atendimento a essas vítimas no serviço de saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, na qual foram incluídos artigos publicados no período de 2020 a 2026. Os resultados mostram que a violência contra mulher provoca danos físico, psicológico e emocionais significativos, e que o enfermeiro exerce papel essencial no cuidado e no acolhimento dessas mulheres. Entretanto, os estudos evidenciam que grandes são os desafios enfrentados no âmbito profissional, especialmente devido à falta de tempo da equipe, à sobrecarga de trabalho e ao desconhecimento da temática. Esses fatores contribuem para a subnotificação de casos de violência contra a mulher.

Palavras-Chave

Violência contra a mulher; Cuidados de enfermagem; Assistência à saúde da mulher.

¹ Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4691-3901>

² Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4665-3631>

³ Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3023-1456>

⁴ Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9958-5478>

⁵ Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8747-5745>

⁶ Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1226-042X>

Abstract

Violence against women constitutes a violation of human rights and represents a significant challenge for health systems. This phenomenon affects women of different ages, backgrounds, and social conditions, manifesting itself through physical, psychological, sexual, patrimonial, or moral aggression, which directly impacts health, well-being, and family life. This study aims to analyze the importance of listening and nursing care in assisting women in situations of violence, seeking to identify strategies for welcoming and humanizing care. Considering that nursing plays a fundamental role in identifying this scenario, it frequently constitutes the entry point for care for these victims in the health service. This is an integrative literature review, in which articles published between 2020 and 2026 were included. The results show that violence against women causes significant physical, psychological, and emotional harm, and that nurses play an essential role in the care and support of these women. However, studies show that there are significant challenges faced in the professional sphere, especially due to the team's lack of time, work overload, and lack of knowledge about the subject. These factors contribute to the underreporting of cases of violence against women.

Keywords

Violence against women; Nursing care; Women's health care.

1 Introdução

A violência contra a mulher é reconhecida como um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, afetando milhões de mulheres em todo o mundo. Caracteriza-se por ações que causam danos físicos, psicológicos, ou sexuais às mulheres, podendo ocorrer em diferentes contextos sociais e relações interpessoais. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a violência contra a mulher apresenta elevada incidência no Brasil, configurando-se como um problema persistente que impacta diretamente a saúde, a segurança e a qualidade de vida das vítimas (Fórum brasileiro de segurança pública, 2023).

No Brasil, essa problemática apresenta elevada magnitude, sendo responsável por importantes impactos na qualidade de vida das mulheres e demandando ações efetivas por parte dos serviços de saúde. Nesse contexto, a atuação dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, torna-se fundamental para a identificação precoce dos casos, o acolhimento adequado e a oferta de um cuidado integral e humanizado às mulheres em situação de violência (Brasil, 2023).

A violência contra a mulher está associada a importantes repercussões na saúde mental, incluindo o desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático,

além de sentimentos de medo, culpa e baixa autoestima, que podem dificultar a busca por ajuda e a ruptura do ciclo de violência. Além disso, muitos casos permanecem invisíveis aos serviços de saúde devido à subnotificação, frequentemente relacionada ao medo de represálias, dependência emocional e dificuldades no acesso aos serviços de apoio. Soma-se a isso o fato de que profissionais de saúde ainda enfrentam desafios na identificação precoce e no manejo adequado dessas situações, seja pela falta de capacitação, insegurança na abordagem ou ausência de protocolos bem estabelecidos. (Teixeira e Paiva, 2021).

Nas pesquisas de Silva e Ribeiro (2020), ressaltam que é fundamental que os profissionais estejam capacitados para reconhecer os diferentes tipos de violência de gênero e compreender suas implicações na saúde das mulheres, podendo reduzir significativamente os impactos físicos e psicológicos sofridos por essas vítimas, destaca-se ainda, a necessidade de que esse cuidado possua caráter interdisciplinar e intersetorial para que as reais necessidades dessas mulheres sejam atendidas. Diante desta necessidade surgiu o questionamento: Quais são os principais desafios e estratégias vivenciados pelos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde para realizar a escuta ativa e o acolhimento humanizado de mulheres em situação de violência, visando a ruptura do ciclo de agressões?

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde configura-se como um espaço fundamental para o acolhimento e identificação dessas situações, uma vez que permite maior proximidade com a comunidade e favorece a criação de vínculos entre profissionais e usuárias. No entanto, estudos recentes evidenciam que ainda existem limitações na capacitação dos profissionais de saúde para o reconhecimento e manejo adequado dos casos de violência, o que pode dificultar a oferta de um cuidado integral e humanizado (Souza *et al.*, 2021).

Este estudo justifica-se pela relevância da violência contra a mulher como um grave problema de saúde pública, que exige atenção contínua e qualificada dos serviços de saúde. Evidências demonstram que a violência está associada a diversos agravos físicos e psicológicos, comprometendo significativamente a saúde e o bem-estar das mulheres. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, a violência contra a mulher representa um dos principais fatores de adoecimento e sofrimento da população feminina, demandando estratégias efetivas de prevenção, acolhimento e cuidado (Organização Pan-americana da Saúde, 2022).

Nessa perspectiva, a pesquisa torna-se relevante por contribuir para o fortalecimento das práticas de enfermagem no atendimento às mulheres em situação de violência, além de incentivar reflexões que possam subsidiar melhorias na assistência prestada. O estudo também possui importância acadêmica e social, ao ampliar o conhecimento sobre a temática e estimular a qualificação profissional na área da saúde.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo identificar a importância da escuta e do cuidado de enfermagem no atendimento às mulheres em situação de violência, bem como descrever estratégias que favoreçam o acolhimento humanizado contribuindo para a qualificação da assistência de enfermagem destinada às mulheres em situações de violência.

2 Revisão da literatura

2.1 Lei Maria Da Penha

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, constitui um dos principais marcos legais no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a legislação foi criada com o objetivo de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, estabelecendo mecanismos de proteção e assistência às vítimas (Brasil, 2023).

O dispositivo legal introduziu mudanças significativas no ordenamento jurídico brasileiro, promovendo a proteção dos direitos das mulheres. Essa legislação conferiu aplicabilidade ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e à igualdade de gênero, consolidando na sociedade o repúdio à violência doméstica. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha promoveu avanços significativos no ordenamento jurídico brasileiro, ao garantir maior proteção às mulheres e assegurar a efetivação dos direitos humanos, especialmente no que se refere à dignidade da pessoa humana e à igualdade de gênero (Fernandes, 2023).

A referida lei recebeu essa denominação em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, cuja trajetória de violência doméstica ganhou repercussão internacional e evidenciou a necessidade de intervenção do Estado brasileiro no enfrentamento dessa problemática. A partir

desse contexto, foram instituídas medidas protetivas de urgência, além da criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o fortalecimento da rede de atendimento multidisciplinar. Além disso, a implementação dessa legislação fortaleceu a atuação dos serviços de saúde, especialmente da enfermagem, no acolhimento e encaminhamento de mulheres em situação de violência. (Instituto Maria da Penha, 2023).

2.2 Tipos de violência mais comum contra a mulher

No contexto brasileiro, a violência doméstica e familiar contra a mulher é classificada em cinco tipos: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física refere-se a qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. A violência psicológica envolve ações que causem dano emocional, diminuição da autoestima ou controle comportamental. Já a violência sexual caracteriza-se por qualquer conduta que constranja a mulher a participar de relação sexual não desejada.

A violência patrimonial diz respeito à retenção, destruição ou subtração de bens e recursos. Por fim, a violência moral está relacionada a condutas que configurem calúnia, difamação ou injúria. As múltiplas formas de agressão descritas na legislação refletem-se nos canais de denúncia, visto que apenas no primeiro trimestre de 2026 a Central de Atendimento à Mulher registrou um aumento de 23% nas denúncias de violações (Ministério das Mulheres, 2026).

Esses tipos de violência acarretam impactos significativos na saúde física, mental e social das mulheres, estando associadas a quadros de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e outras condições crônicas, o que reforça a necessidade de uma abordagem integral e qualificada pelos serviços de saúde (Brasil, 2021).

2.3 Práticas de cuidado para um atendimento integral e humanizado.

A violência contra a mulher manifesta-se de diversas formas no cotidiano social, revelando-se como um fenômeno complexo e estrutural. Entre os tipos mais comuns estão a violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. A violência física é a mais visível, marcada por agressões corporais, enquanto a psicológica atua de forma silenciosa, por meio de

ameaças, humilhações e manipulação emocional. Já a violência moral envolve calúnia, difamação e injúria, atingindo diretamente a honra da mulher. A violência sexual, por sua vez, inclui qualquer prática não consentida, e a patrimonial caracteriza-se pelo controle ou destruição de bens e recursos financeiros.

A violência configura-se como um importante desafio para a área da saúde, exigindo dos profissionais uma atuação qualificada, sensível e interdisciplinar. Nesse contexto, a enfermagem assume papel central, sendo responsável pelo acolhimento, assistência, reabilitação e educação em saúde das vítimas, bem como pela orientação aos familiares, com vistas à prevenção de novas situações de violência (Monteiro e Silva, 2023).

A atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde (APS) vai além do atendimento clínico, abrangendo dimensões sociais, educativas e políticas. Estratégias como visitas domiciliares, acompanhamento longitudinal e ações educativas contribuem para a identificação de sinais muitas vezes não evidenciados durante as consultas, fortalecendo a integralidade do cuidado (Lopes *et al.*, 2023).

O cuidado às mulheres em situação de violência deve ser pautado nos princípios da integralidade, humanização e articulação em rede, conforme preconizado pelas políticas públicas de saúde. Nesse contexto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) orienta a organização dos serviços de saúde para garantir atendimento qualificado, acolhedor e resolutivo (Brasil, 2025).

No âmbito da saúde, o Ministério da Saúde estabeleceu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que preconiza o cuidado integral e humanizado, valorizando a escuta qualificada e o acolhimento como estratégias de atenção. Além do PNAISM, existem linhas de cuidado específicas para mulheres em situação de violência, que orientam os profissionais de saúde sobre fluxos de atendimento, notificação compulsória e encaminhamento para a rede de apoio (Ministério da Saúde, 2025).

Nesse cenário, a escuta qualificada destaca-se como uma das principais ferramentas do cuidado em enfermagem, pois permite identificar sinais, muitas vezes sutis, de violência, além de promover um ambiente seguro, acolhedor e livre de julgamentos. Essa prática contribui para o

fortalecimento do vínculo entre profissional e usuária, favorecendo a expressão das experiências vividas e auxiliando na construção de estratégias de enfrentamento (Conselho Federal de Enfermagem, 2022).

A enfermagem, por atuar diretamente na linha de frente dos serviços de saúde, desempenha papel essencial na identificação precoce dos casos de violência, no acolhimento das vítimas e no encaminhamento para a rede de proteção. (Silva e Ribeiro, 2020).

A atuação em rede é fundamental, pois amplia a proteção e assegura o acesso a serviços de forma articulada e resolutive, sendo essencial no cuidado às mulheres em situação de violência. No entanto, desafios como a sobrecarga de trabalho, a falta de capacitação profissional e a subnotificação ainda dificultam a efetividade da assistência prestada (Benigni *et al.*, 2022).

Dessa forma, torna-se fundamental o fortalecimento das práticas de cuidado baseadas na humanização, na escuta sensível e na qualificação profissional, visando garantir uma assistência integral e efetiva às mulheres em situação de violência. Pois, a escuta qualificada é um dos principais instrumentos do cuidado de enfermagem, assim, o enfermeiro consegue identificar os danos físicos, repercussões emocionais e sociais da violência, construindo um plano de cuidado que contemple a integralidade do ser humano, esse processo auxilia na restauração da autoestima e da autonomia da mulher, fatores indispensáveis para o enfrentamento da situação de violência. Essa prática envolve atenção plena, empatia, sigilo e respeito, fortalecendo o vínculo entre profissional e paciente (Silva; Martins, 2021).

2.4 Desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem.

Apesar da relevância dessa atuação, diversos desafios ainda são enfrentados pelos profissionais de enfermagem. Entre eles, destacam-se o despreparo técnico-científico, a falta de capacitação específica e a ausência de protocolos bem estabelecidos nos serviços de saúde. Tais limitações fazem com que, muitas vezes, o cuidado se restrinja aos aspectos físicos, negligenciando os impactos psicológicos e sociais da violência (Gomes e Silva, 2024).

Outro entrave importante refere-se à dificuldade na comunicação terapêutica,

especialmente no que diz respeito à escuta qualificada, empatia e acolhimento. A ausência dessas habilidades pode comprometer a criação de vínculo com a vítima, dificultando a identificação da violência e a continuidade do cuidado (Miranda *et al.*, 2022).

Ademais, observa-se fragilidade na preservação de vestígios forenses, muitas vezes decorrente da falta de conhecimento técnico, o que pode comprometer a investigação e responsabilização do agressor. Nesse sentido, destaca-se a importância da enfermagem forense, que contribui para um atendimento mais completo, incluindo coleta de evidências, suporte emocional e encaminhamento adequado (Santos e Contini, 2024).

Outro aspecto relevante diz respeito à sobrecarga de trabalho e às condições inadequadas dos serviços de saúde, fatores que impactam diretamente na qualidade da assistência prestada. Além disso, sentimentos como medo, insegurança, impotência e despreparo emocional são frequentemente relatados pelos profissionais ao lidarem com situações de violência (Conselho Federal de Enfermagem, 2025).

Além disso, o uso de sistemas oficiais de notificação, como o SINAN e o DATASUS, é essencial para o monitoramento dos casos e planejamento de políticas públicas. A notificação compulsória, quando há suspeita ou confirmação de violência, constitui uma ferramenta fundamental para acionar a rede de proteção e garantir assistência adequada às vítimas (Souza; Uchôa e Barreto, 2024).

3 Metodologia

A metodologia deste estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais ampla acerca das experiências vivenciadas pelas mulheres em situação de violência e da atuação dos profissionais de enfermagem diante dessas situações. O desenvolvimento do trabalho ocorreu em diferentes etapas metodológicas, iniciando-se pela escolha e delimitação do objeto de estudo, definição dos objetivos e levantamento das referências bibliográficas necessárias para a construção da fundamentação teórica e desenvolvimento da pesquisa acadêmica realizada.

Os materiais utilizados na pesquisa foram 24, extraídos de fontes confiáveis da área da saúde, incluindo livros eletrônicos, revistas acadêmicas, artigos científicos, legislações e documentos institucionais. A maioria dos conteúdos foi obtida por meio das bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Também foram realizadas buscas no Google Acadêmico e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ampliando o acesso às produções científicas relacionadas ao tema investigado e fortalecendo o embasamento teórico do estudo.

Os descritores utilizados foram combinados por operadores booleanos (AND) e (OR) como, violência contra a mulher, cuidados de enfermagem, assistência à saúde da mulher. O uso adequado desses descritores possibilitou localizar estudos relevantes relacionados ao acolhimento, à escuta qualificada e à assistência humanizada prestada pelos profissionais de enfermagem às mulheres vítimas de violência.

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para selecionar os materiais utilizados no estudo. Entre os critérios de inclusão destacaram-se artigos científicos, livros, legislações e documentos relacionados diretamente à violência contra a mulher e à assistência de enfermagem. Já os critérios de exclusão envolveram materiais incompletos, conteúdos repetidos e produções que não apresentavam relação com os objetivos da pesquisa. Esses critérios contribuíram para garantir maior qualidade, relevância e confiabilidade às informações utilizadas durante a elaboração do trabalho acadêmico e da fundamentação teórica.

Após a seleção dos materiais, iniciou-se a etapa de leitura, interpretação e organização dos conteúdos considerados mais relevantes para o estudo. Por fim, os materiais analisados contribuíram para a elaboração dos resultados, discussão e conclusão do trabalho, evidenciando a importância do acolhimento e da humanização na assistência prestada às mulheres em situação de violência.

4 Resultados e Discussões

A análise dos dados permitiu compreender a complexidade da violência contra a mulher

e seus impactos na saúde física, emocional e social das vítimas. Os estudos analisados evidenciaram que a violência provoca agravos importantes, comprometendo significativamente a qualidade de vida das mulheres e reforçando a necessidade de uma abordagem integral nos serviços de saúde. Além disso, observou-se que o atendimento humanizado e acolhedor representa um fator essencial para reduzir danos e fortalecer o cuidado às mulheres em situação de vulnerabilidade.

De acordo com o Brasil (2023), a violência contra a mulher é definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico. Essa definição amplia a compreensão do fenômeno e permite reconhecer que a violência não se limita apenas ao ambiente doméstico, podendo ocorrer em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, percebe-se que a violência atinge múltiplas dimensões da vida feminina, afetando diretamente a saúde, a segurança, a autoestima e as relações sociais das mulheres vítimas dessas agressões.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2023, p.2) a violência contra a mulher constitui um problema global que afeta milhões de mulheres em diferentes contextos sociais e culturais. Os dados analisados demonstraram que as consequências da violência ultrapassam o sofrimento imediato, gerando impactos prolongados na saúde física e mental das vítimas. Entre os principais agravos identificados destacam-se ansiedade, depressão, medo, isolamento social, baixa autoestima e lesões físicas recorrentes, fatores que interferem diretamente na qualidade de vida e no bem-estar dessas mulheres.

Nesse cenário, a enfermagem destaca-se como protagonista no cuidado às mulheres em situação de violência, especialmente na Atenção Primária à Saúde, por atuar como porta de entrada do sistema de saúde. O contato direto e frequente com as usuárias favorece a identificação precoce dos sinais de violência e possibilita intervenções mais rápidas e humanizadas. Dessa forma, os profissionais de enfermagem possuem papel fundamental no acolhimento, na orientação e no encaminhamento adequado das mulheres para os serviços de apoio e proteção disponíveis na rede de assistência.

A escuta qualificada e o acolhimento humanizado foram apontados pelos estudos como

estratégias fundamentais para a identificação precoce dos casos de violência. Quando as mulheres encontram profissionais preparados, empáticos e sensíveis, sentem-se mais seguras para relatar suas vivências e buscar ajuda. Conforme Silva e Martins (2021), a construção de vínculo e confiança durante o atendimento contribui significativamente para a efetividade da assistência prestada. Assim, a escuta qualificada torna-se uma importante ferramenta para fortalecer o cuidado integral e humanizado dentro dos serviços de saúde.

Observou-se ainda que essa problemática ultrapassa o âmbito individual, configurando-se como uma importante questão de saúde pública que exige intervenções articuladas entre diferentes setores. Nesse contexto, a enfermagem exerce papel essencial no enfrentamento da violência contra a mulher, principalmente por meio do acolhimento, da escuta qualificada e da assistência humanizada. A atuação ética e sensível dos profissionais contribui para reduzir danos, fortalecer a proteção às vítimas e promover cuidado integral às mulheres em situação de violência.

Os resultados evidenciam que o cuidado de enfermagem não se limita à assistência física, mas envolve também aspectos emocionais e sociais. Dessa forma, torna-se essencial que os profissionais estejam preparados para identificar sinais de violência, muitas vezes ocultos, e atuar de maneira ética, sensível e humanizada, contribuindo para a promoção da dignidade e dos direitos das mulheres.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de articulação em rede, envolvendo serviços de saúde, assistência social e segurança pública, a fim de garantir atendimento integral às mulheres. A ausência dessa integração dificulta o encaminhamento adequado e a continuidade do cuidado, perpetuando a situação de vulnerabilidade das vítimas (Brasil, 2023).

Além disso, estudos evidenciam que o vínculo estabelecido entre profissional e paciente contribui significativamente para a adesão ao cuidado e para o rompimento do ciclo de violência, uma vez que promove confiança, respeito e apoio emocional (Silva e Ribeiro, 2020).

Entretanto, apesar da relevância da atuação da enfermagem, diversos desafios ainda são enfrentados na prática profissional. Entre eles, destacam-se a sobrecarga de trabalho, a falta de capacitação específica, o despreparo para lidar com situações de violência e a subnotificação dos

casos, o que compromete a efetividade das ações de cuidado (Benigni *et al.*, 2022).

Diante disso, evidencia-se a importância do fortalecimento das políticas públicas, da capacitação dos profissionais de saúde e da valorização da escuta qualificada como ferramenta essencial para a promoção de um cuidado humanizado e eficaz às mulheres em situação de violência.

5 Conclusão

O presente estudo possibilitou uma compreensão aprofundada acerca do cuidado de enfermagem às mulheres em situação de violência, destacando a relevância da escuta qualificada e do acolhimento no contexto da assistência em saúde. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a violência contra a mulher não se limita a um evento isolado, mas constitui um fenômeno complexo, enraizado em estruturas sociais e culturais que perpetuam desigualdades de gênero e naturalizam comportamentos violentos.

Nesse cenário, o cuidado de enfermagem assume um papel essencial, pois os profissionais estão frequentemente na linha de frente do atendimento, sendo responsáveis não apenas pela assistência física, mas também pelo suporte emocional e social. Assim, compreender a importância da escuta sensível e do acolhimento humanizado torna-se fundamental para garantir um atendimento digno, respeitoso e eficaz, contribuindo para o rompimento do ciclo de violência e para a valorização da mulher como sujeito de direitos.

A análise dos dados evidenciou que o cuidado de enfermagem vai além de procedimentos técnicos, exigindo uma postura ética, empática e comprometida com a integralidade do atendimento. Os principais achados da pesquisa demonstram que a escuta ativa permite identificar sinais muitas vezes invisíveis da violência, possibilitando intervenções mais precisas e eficazes. Além disso, o acolhimento humanizado fortalece o vínculo entre profissional e paciente, criando um ambiente seguro para que a mulher possa expressar suas vivências e buscar ajuda.

Nesse sentido, ficou evidente que a qualidade da assistência está diretamente relacionada à capacidade do profissional de compreender a complexidade da situação vivida pela mulher,

respeitando sua autonomia e suas decisões. Dessa forma, o cuidado de enfermagem se configura como um instrumento de transformação social, capaz de promover mudanças significativas na vida das mulheres em situação de violência.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à influência dos fatores culturais e sociais na perpetuação da violência contra a mulher. A naturalização de comportamentos agressivos, muitas vezes enraizada em padrões históricos de desigualdade de gênero, contribui para a manutenção desse problema ao longo do tempo. Nesse contexto, a atuação da enfermagem torna-se ainda mais desafiadora, pois exige não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade para compreender as múltiplas dimensões que envolvem a violência. A pesquisa revelou que a desconstrução desses padrões passa, necessariamente, pela educação em saúde e pela conscientização dos profissionais e da sociedade. Assim, o cuidado de enfermagem deve estar alinhado a práticas que promovam o respeito, a equidade e a justiça social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e livre de violência.

Diante dos objetivos propostos, pode-se afirmar que a pesquisa alcançou sua finalidade ao evidenciar a importância da escuta e do acolhimento no cuidado de enfermagem às mulheres em situação de violência. Os resultados demonstraram que essas práticas são fundamentais para a promoção de um atendimento humanizado, integral e comprometido com a dignidade e os direitos das mulheres.

Além disso, ficou claro que a atuação do enfermeiro não se restringe ao cuidado imediato, mas envolve também a orientação, o encaminhamento e o apoio contínuo às vítimas. Nesse sentido, a pesquisa reforça a necessidade de formação profissional voltada para o desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação, empatia e ética, essenciais para o enfrentamento dessa problemática. Assim, a enfermagem se consolida como uma área estratégica no combate à violência contra a mulher.

Por fim, entende-se que o cuidado de enfermagem desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e na proteção das mulheres em situação de violência. A escuta qualificada e o acolhimento humanizado emergem como elementos centrais para a construção de um atendimento mais sensível e eficaz, capaz de reconhecer a mulher em sua totalidade.

A pesquisa revelou que, ao valorizar essas práticas, os profissionais contribuem não apenas para a recuperação da saúde, mas também para o fortalecimento da autonomia e da dignidade das mulheres. Dessa forma, torna-se imprescindível investir na capacitação dos profissionais e no fortalecimento das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência. Assim, será possível avançar na construção de uma assistência mais justa, humana e comprometida com os direitos e a vida das mulheres.

REFERÊNCIAS

BENIGNI, R. et al. O papel do enfermeiro no enfrentamento da violência contra a mulher na Atenção Primária à Saúde, v. 11, n. 12, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28054>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: Acesso em 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência sexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: gov.br. Acesso em: 23 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Tipos de violência contra a mulher. Brasília: MMFDH, 2021. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 24 Nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Marcos legais de enfrentamento à violência contra a mulher. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/leis-nacionais-e-marcos-legais>. Acesso em: 02 Abr. 2026

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

CAVALCANTE, L. M. et al. O papel do enfermeiro no acolhimento à mulher vítima de violência doméstica. **Revista de Enfermagem e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 45-53, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 696/2022. Normatiza a atuação da equipe de enfermagem no atendimento às pessoas em situação de violência doméstica e sexual. Brasília: COFEN, 2022. Disponível em: [cofen.gov.br](https://www.cofen.gov.br). Acesso em: 12 maio 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Violência, adoecimento e sobrecarga:

Enfermagem expõe falta de proteção em audiência pública. Brasília: COFEN, 2025. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2026.

FERNANDES, Wander. Linha do tempo - Direitos das mulheres na legislação brasileira. JusBrasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linhado-tempo-direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira/1776438470>. Acesso em: 18 mar. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Quem é Maria da Penha. 2023. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br>. Acesso em: 02 Abr. 2026.

LOPES, S. et al. Care dimensions of nurses' work in primary care. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 27, e20220404, 2023.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. Canal Ligue 180 registra crescimento de 23% nas denúncias de violência no primeiro trimestre de 2026. Brasília: Governo do Brasil, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres>. Acesso em: 12 maio 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) - YouTube. Acesso em: 12 mai. 2026.

MIRANDA, R. M. C. et al. O papel dos profissionais da saúde e os entraves no manejo de situações de violência doméstica contra a mulher. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 31, 2022. Acesso em: 12 maio 2026.

MONTEIRO, A. M. S, SILVA, V. X. P. da. Perfil das produções científicas de enfermagem sobre a violência contra a mulher no Brasil. Rev Paul Enferm [Internet]. 11º de julho de 2023 [citado 23º de março de 2026];34(1). Disponível em: <https://repen.com.br/repen/article/view/135>. Acesso em: 23 Mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Violência contra as mulheres nas Américas. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/violencia-contramulher>. Acesso e: 03 Abr. 2026.

SANTOS, C. G. de; CONTINI, I. C. P. Atuação da enfermagem forense em unidades de saúde com mulheres vítimas de violência. **Revista Foco**, v. 18, n. 11, 2024.

SILVA, R. A.; MARTINS, F. L. A escuta ativa e a humanização do cuidado em enfermagem. Saúde em Debate, v. 45, n. 129, p. 1120-1130, 2021.

SILVA, V. G. da; RIBEIRO, P. M. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 4, p. 20190371, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0371>>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SOUZA, D. A.; UCHÔA, L. L.; BARRETO, R. R. Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 45, n. 1, p. 85-102, 2024.

SOUZA, M. T. et al. Violência contra a mulher e atuação dos profissionais de saúde na atenção primária. **Revista de Saúde Pública**, 2021. Acesso em 03 Abr. 2026.

TEIXEIRA, J. M. S; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. SciELO. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2021. Disponível em: Artigo na SciELO. Acesso em: 6 mar 2026.